

ÁREAS DE LAZER PÚBLICAS – CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA DA CIDADE DE VERANÓPOLIS (RS).

Italo Filippi Teixeira¹, Nara Rejane Zamberlan dos Santos²

RESUMO

Qualquer intervenção no meio urbano, e principalmente em áreas de lazer públicas, só deve acontecer a partir de planejamentos definidos dentro de critérios técnicos e embasados a partir de dados fidedignos da realidade do município. Voltado a esta realidade e necessidade, o objetivo deste trabalho foi realizar um censo qualitativo das áreas de lazer públicas do município de Veranópolis – RS, no tocante aos aspectos urbanísticos e vegetação. Os resultados obtidos permitem afirmar que todas as áreas são urbanizadas apresentando problemas apenas quanto a danos na pavimentação e no mobiliário. A vegetação predominante é exótica, em boas condições necessitando apenas de poda leve para sua manutenção.

Palavras-chaves: áreas verdes, áreas de lazer públicas, vegetação urbana.

¹ Engenheiro Florestal, Prof^o., Dr., Centro de Ciências Rurais, UNIPAMPA/UFSM, São Gabriel, RS, E-mail: italoft@smail.ufsm.br

² Engenheiro Agrônomo, Prof^a., Dra., Centro de Ciências Rurais, UNIPAMPA/UFSM, São Gabriel, RS, E-mail: narazs@terra.com.br

PUBLIC LEISURE AREAS – QUALITATIVE CHARACTERIZATION OF THE CITY OF VERANÓPOLIS (RS).

ABSTRATC

Any intervention in the urban way, and mainly in public leisure areas. It should only happen starting from plans defined inside of technical criteria and based starting from trustworthy data of the reality of the municipal district. Returned to this reality and need, the objective of this work was to accomplish a qualitative census of the public leisure areas of the municipal district of Veranópolis – RS, concerning the aspects urbanists and vegetation. The obtained results allow to affirm that all the areas are urbanized just presenting problems with relationship to damages in the paving and in the furniture. The predominant vegetation is exotic, in good conditions just needing light pruning for your maintenance.

Key Words: green areas, public leisure areas, urban vegetation.

INTRODUÇÃO

A cidade, realização humana, artefato por excelência e aparente negação da natureza, torna-se o local principal para a observação de uma nova relação do homem com a natureza. Natureza esta que já havia sido retificada e incorporada à vida social, ao longo da história do homem, que é apropriada e até mesmo produzida, com o objetivo principal de valorização monetária de objetos/ mercadorias nos mais variados segmentos da produção e dos serviços. Nos grandes centros urbanos, lugares altamente tecnificados e artificializados, frutos da ação humana, a presença de uma 'natureza natural' torna-se muito distante, tornando-se necessário, desta forma, a produção de um sistema de idéias e símbolos que tragam a imagem de uma natureza natural para a cidade e, até mesmo, que se produza uma natureza padronizada e adequada aos padrões urbanos. Além disso, a 'natureza material', efetivamente incorporada e produzida, enclausurada em pontos isolados das cidades, quer sejam privados ou públicos, terá seu acesso definido de maneira desigual, entre, por exemplo, as diferentes classes sociais (Hassler, 2006).

As cidades passaram a ter um papel cada vez mais significativo no planeta, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Ressalta-se, principalmente nos países periféricos, como o Brasil, a necessidade de novas estruturas e formas urbanas para fazer face aos problemas que vêm se acumulando dramaticamente. É preciso repensar as cidades, sob a ótica da justiça social, da qualidade de vida urbana, da gestão ambiental e da governabilidade, refazendo novas práticas de construção da cidade em substituição à urbanização tradicional (Carvalho, 2003).

O desenho urbano de vários municípios do Rio Grande do Sul, assemelham-se, quanto ao seu traçado, origem e expansão. A partir de uma área central, em cujo entorno, posicionavam-se, a igreja matriz, a praça principal e prédios públicos, surgiam locais de comércio e residências, configurando um sistema concêntrico de distribuição e crescimento da cidade.

O tratamento da questão urbana de forma universalizante, niveladora, com modelos originários de receituários de estruturação física é excessivamente parcial na definição de padrões urbanísticos; são privilegiados somente os aspectos quantitativos do espaço urbano. Estes constituem principalmente a imagem dos centros urbanos onde se observa o seu perfil como elemento construído e seu conjunto e não os espaços abertos como áreas verdes para o lazer.

Áreas de lazer são entendidas, segundo Macedo (1996), como todo e qualquer espaço livre de edificação destinado prioritariamente ao lazer, seja ele ativo, isto é uma áreas para jogos e brincadeiras ou contemplativos, áreas dotadas de um valor

cênico/paisagístico expressivo em cujo interior o cidadão apenas passeia, contemplando o cenário que se descortina ante seus olhos.

Ao longo da história brasileira, curta, mas com intensas transformações, a natureza foi vista pelos urbanizadores, tradicionais e orgânicos, de modo bastante diferenciado, determinado por culturas variadas e por modos de produção que realizam o território segundo suas leis de reprodução. De início, embora em pequena escala, e com poucos impactos, a natureza foi destruída sistematicamente, dispersadamente no território brasileiro. Sob a égide do modo de produção capitalista, as cidades cresceram desmesuradamente e estrangularam as áreas verdes e os rios que entremeavam os bairros das cidades. O urbanismo de inspiração européia, nos fins do século XIX, alimentam algumas medidas de mitigação do problema com a implantação de passeios e jardins públicos nas principais cidades brasileiras que, no entanto, não ficaram livres de destruição, inclusive pelas próprias prefeituras. O Parque Dom Pedro II, em São Paulo, e o Parque 13 de Maio, em Recife, são exemplos recentes do estrangulamento das áreas verdes realizadas durante o boom econômico da década de 1970 (Carvalho, 2003).

Segundo Macedo (1986), embora os espaços livres sejam freqüentemente tratados como “sobras” no processo de planejamento, sejam associados apenas ao lazer e entendidos como praças, parques e jardins, constituem elementos básicos na configuração e estruturação do desenho da paisagem urbana.

Os pontos urbanos para as áreas verdes são estáticos, fragmentados e não proporcionam instrumentos capazes de explorar o potencial da árvore, nem como elemento de definição do espaço urbano e nem para a conquista de novos espaços abertos que atendam as demandas da população (Malinsky, 1987).

As áreas verdes conforme Troppmair & Galina (2003) não precisam ser necessariamente extensas, ao contrário, podem ser pequenas em área, mas numerosas. São cidades verdes as que possuem cobertura vegetal, especialmente arbórea em todo o espaço urbano: parques, jardins, quintais, ruas e avenidas e ao longo de rios e lagos. As vantagens da existência de áreas verdes são inúmeras:

- a) criação de microclima mais ameno que exerce função de centro de alta pressão e se reflete de forma marcante sobre a dinâmica da ilha de calor e do domo de poluição;
- b) despoluição do ar de partículas sólidas e gasosas, dependendo do aparelho foliar, rugosidade da casca, porte e idade das espécies arbóreas;
- c) redução da poluição sonora, especialmente por espécies aciculiformes (pinheiros) que podem acusar redução de 6 a 8 decibéis;
- d) purificação do ar pela redução de microorganismos. Foram medidos 50 microorganismos por metro cúbico de ar de mata e até 4.000.000 por metro cúbico em shopping centers;
- e) redução da intensidade do vento canalizado em avenidas cercadas por prédios;

f) vegetação como moldura e composição da paisagem junto a monumentos e edificações históricas.

A observação destes espaços evidencia a necessidade do uso da vegetação para enriquecimento da paisagem e da qualidade do meio ambiente. Torna-se necessário também, o estudo concreto da vegetação que presente nos lugares, deverá ser diferentemente tratada e revelada, pois é importante meio de estruturação espacial, de amenização climática, de orientação e identificação, de valorização das qualidades cênicas, da melhoria do ar e da conseqüente melhoria da qualidade de vida urbana. Através de sua diversidade de cores, estruturas, formas e dimensões, as espécies vegetais não são elementos acessórios, mas sim estruturadores do espaço urbano.

Os espaços livres públicos representam, conforme Scalize (2001), uma dimensão essencial para a cultura e para a sociedade, devendo estar disponíveis como fator fundamental da experiência perceptiva e da palavra prática cotidiana.

A natureza também foi continuamente degradada através dos seus cursos d'água, confinados, drenados, aterrados e enterrados. Isso, aliado a uma intensa e extensa urbanização, vem causando enormes impactos ambientais de difícil gestão colocando em cheque a urbanização corrente. A natureza ainda que transformada não pode ser negada na cidade, mas fazer parte dela. Nesse sentido, a natureza, em parte representada nas áreas verdes, precisa ser repensada no sentido da valorização do seu papel no funcionamento/metabolismo da cidade. É preciso definir o quanto deve ser preservado, conservado, transformado ou reconstruído para a consecução de ambientes agradáveis e sadios que propiciem uma rica vida de interações sociais e gestão ambiental equilibrada. Todos os verdes precisam ser identificados, classificados e catalogados de forma consoante às necessidades urbanas, desde a provisão de parques públicos, áreas de contenção, armazenamento de águas pluviais, abastecimento d'água, até a produção de alimentos. Para tanto, são necessários estudos quantitativos e qualitativos para determinar o seu dimensionamento e as funções de cada área verde. Devem-se adotar abordagens ampliadas e inovadoras, incluindo áreas verdes privadas e públicas dominicais, bem como áreas loteadas ainda não ocupadas, por exemplo (Carvalho, 2003).

Conforme Troppmair & Galina (2003) áreas verdes podem ser definidas como espaços abertos com cobertura vegetal e uso diferenciado, integrado no tecido urbano aos quais a população tem acesso. Classificações internacionais incluem como áreas verdes: campos de esporte, jardins botânicos, zoológicos, cemitérios modernos formados por extensos gramados, interrompidos apenas por lápides. As definições de "área verde" variam conforme os pesquisadores que consideram:

a) aspectos estéticos: combinações de formas e cores da vegetação, arbustos educados por podas drásticas para formar figuras além de canteiros floridos;

- b) aspectos sociais: consideram o uso como trilhas para caminhadas, bancos para descanso, play-grounds, espaços para manifestações artísticas;
- c) aspectos ecológicos: microclima mais ameno e despoluído, aumento do teor de umidade e de oxigênio.

Espaços estes comuns a todos os cidadãos, contam com a natureza e funções particulares em inúmeros deles, características que precisam ser reconhecidas e devidamente consideradas no processo político de planejamento (Vitória, 1992).

Planejar significa dar uma ordem na evolução de um espaço que possa melhor servir as necessidades futuras, para tanto é necessário conhecer este espaço, assim inicia-se o caminho para o entendimento das necessidades urbanas por espaços livres (Y Goya, 1990).

Isto posto, este trabalho tem por objetivo a análise qualitativa da arborização das áreas de lazer públicas do município de Veranópolis – RS, a partir de um censo realizado em todas elas, para fim de replanejamento e reordenamento das mesmas.

MATERIAL E MÉTODOS

Veranópolis está localizada na Serra nordeste do estado do Rio Grande do Sul, a 170 quilômetros da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. De clima subtropical, a 705 metros de altitude (Figura 1). Com uma população estimada de 20.774 habitantes e uma área de 289 km², é o município com o 9º melhor Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico no Estado (índice de 0,794 em escala até 1,00), segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul.



Figura 1 – Localização da cidade de Veranópolis – RS em relação ao Estado e cidades limítrofes.

O município de Veranópolis, localizando-se na Região dos Vinhedos da Serra Gaúcha, foi considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como a primeira cidade em termos de longevidade, no Brasil e a terceira em nível mundial.

As áreas verdes do município foram identificadas através do Setor de Cadastro Municipal, através de mapas na escala 1:10.000. Após, foi realizado um levantamento, nestes locais, caracterizando um censo. Pode-se observar a malha urbana na Figura 2.



Figura 2 – Mapa ilustrativo mostrando a distribuição do espaço urbano de Veranópolis – RS.

O instrumento utilizado para a coleta baseou-se em Vitória (1992) e Porto Alegre (2000), com modificações pertinentes aos objetivos do trabalho, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Ficha de campo para o censo das áreas de lazer públicas de Veranópolis-RS contendo os dados inventariados dos aspectos urbanísticos e vegetação.

[illegible]

Esses itens correspondiam as seguintes informações:

I – Aspectos urbanísticos:

- 1- área urbanizada – U – urbanizada; N – não urbanizada;
- 2- estado geral da pavimentação – B – boa; RE – regular; RU – ruim; SP – sem pavimentação;
- 3- delimitação dos canteiros – S – sim, N – não;
- 4- iluminação – B – boa; RE – regular, RU – ruim, SP – sem pavimentação;
- 5- equipamentos – N – não; S – sim; TIPO – descrição do tipo de equipamento; CONDIÇÃO – estado geral do equipamento: B – bom, RE – regular, RU – ruim;

II – Vegetação:

- 6- ESPÉCIE – nome comum ou botânico;
- 7- ORIGEM – N – nativa, E – exótica no Brasil;
- 8-CONDIÇÃO DA VEGETAÇÃO – B – boa, S – satisfatória, R – ruim, M - morta;
- 9-CONDIÇÃO DA RAIZ – SB – subterrânea; SSD – superficial sem danos, SCD – superficial com danos;
- 10-MANEJO – N – não necessita, PL – poda leve, PP – poda pesada, CF – controle fitossanitário, RCR – remoção com reposição;
- 11-DANOS FÍSICOS – N – não ocorre danos físicos, V – vandalismo, A – acidentes gerados por veículos, P – podas, T – tutor, OC – obra de construção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do censo realizado, constatou-se que no município de Veranópolis – RS existem atualmente 5 (cinco) áreas de lazer públicas e 3 áreas institucionais oriundas de loteamentos, sem apresentarem ainda qualquer tipo de tratamento paisagístico em função da sua regularização recente no cadastro da Prefeitura.

Uma análise da distribuição espacial das mesmas, constatou-se uma ampla distribuição espacial na malha urbana, sem haver concentração em determinada região, o que segundo Lapoix (1979), é de extrema importância para a ecologia urbana.

Quanto ao aspecto urbano, observou-se que cinco áreas públicas apresentaram-se urbanizadas em sua totalidade, superando os índices da cidade de Vitória - ES, onde 96,1% das áreas públicas analisadas evidenciavam algum tipo de urbanização (Vitória, 1992).

A pavimentação foi considerada boa em 80% das áreas de lazer, estando as demais em estado regular, em função das árvores de grande porte que desenvolveram suas raízes, de forma superficial, especialmente na área denominada de Praça da Gruta.

O material de pavimentação empregado foi o basalto regular, comum na região, sendo usado também como delimitador de canteiros, na totalidade dos locais, reforçando assim os desenhos propostos e contendo o solo e a vegetação.

A iluminação apresentou-se na condição boa em todas as áreas avaliadas. A presença de mobiliário foi verificada, porém com variações na sua composição e conservação. As duas áreas onde foram verificados os maiores comprometimentos quanto aos aspectos urbanísticos, foram a Praça XV de Novembro e a Praça Tancredo Neves. Possivelmente, isto se deve-se, no primeiro caso, por ser a área de lazer mais antiga da cidade, inserida na região central. A segunda área referida, demonstrou, uma utilização intensiva dos moradores do entorno.

Quanto à vegetação, a composição geral indicou a presença de 329 indivíduos, sendo 236 de origem exótica e 93 nativos. 58,3% dos indivíduos avaliados apresentaram-se em condições gerais boa, com raízes em quase sua totalidade (82,8%), na condição subterrânea.

A ausência de danos, foi constatado em 50 exemplares, 51% da população, enquanto a necessidade de podas, atingiu 43,6% dos indivíduos.

CONCLUSÕES

O censo das áreas verdes públicas da cidade de Veranópolis (RS), indicou uma boa estrutura urbanística destes espaços devendo apenas merecer atenção o pavimento da praça da Gruta e os equipamentos das Praças XV de Novembro e Tancredo Neves. A composição vegetal baseou-se no uso de espécies exóticas isentas de danos físicos que necessitam podas leves para estruturação dos exemplares, sendo interessante a introdução de espécies nativas autóctones.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, P. F. de. Repensando as Áreas Verdes Urbanas. **Território & Cidadania**, Rio Claro. n. 2, julho –dezembro, 2003.

GOYA, C. R. y Levantamento sistemático das áreas públicas livres de edificação e padrões de urbanização na cidade de Bauru. In: ECONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 3, Curitiba, 1990. **Anais ...** Curitiba, 1990. p.188-196.

HASSLER, M.L. A natureza na cidade: uma abordagem a partir da percepção da população acerca do Jardim Botânico de Curitiba (PR). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.35, n.18, p.79-96, 2006.

LAPOIX, F. Cidades verdes e abertas. In: FERRI, M. G. **Enciclopédia de Ecologia**. São Paulo : EDUSP, 1979. p.324-336.

MACEDO, S. S. Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. In: II SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, 2. **Anais...** São Paulo: FAPESP, 1986. p.103-110.

_____. Paisagem Urbana- os espaços livres como elementos de desenho urbano. Caderno **Paisagem paisagens**. v.1, n.1, p.7-20, 1996.

MALINSKY, R. Arborização: uma visão integrada. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1, Porto Alegre, 1985. **Contribuições técnico-científicas**. Porto Alegre, 1990. p. 188-196.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Plano Diretor de Arborização de Vias Públicas**. Porto Alegre: 2000. 204 p.

SCALISE, W. O espaço livre público como instrumento de construção e qualificação da paisagem urbana. **Assentamentos Humanos**. v.3, n.1, p. 25-32, 2001.

TROPPEMAIR, H; GALINA, M.H. Áreas Verdes. **Território & Cidadania**. Rio Claro, n. 2, julho –dezembro, 2003.

VITORIA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. **Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes**. Vitória: 1992. 98 p.